

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015



TJMG

**Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais**

JUIZ LEIGO

TIPO 3 - AMARELA

Organizadora:



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**01**

Instituto fundamental no direito civil, a prescrição visa instaurar estabilidade nas relações jurídicas, pondo termo à possibilidade de exercício do direito de ação, em razão da negligência de seu titular em exercê-lo, dentro de determinado lapso temporal. Sobre o instituto descrito, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- B) A prescrição não corre entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- C) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- D) A prescrição pode ser renunciada na forma expressa ou na forma tácita, quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

02

“Pedro é pai de dois filhos: Antônio e Joaquim, ambos maiores e capazes. Pedro, desejando mudar-se de residência, resolveu vender o imóvel onde morava: um apartamento com o valor comercial de R\$ 500.000,00. Entretanto, Joaquim é manifestamente contra o pai vender o bem. Antônio, por outro lado, sempre gostou daquele imóvel e acabou por comprá-lo de seu pai, que lhe deu um desconto de R\$ 100.000,00, tudo isso sem a concordância de Joaquim.” Diante de tais circunstâncias e considerando-se a legislação civil em vigor, assinale a alternativa correta.

- A) A venda de Pedro a Antônio importará no adiantamento do que lhe cabe por herança.
- B) A venda de Pedro a Antônio é lícita, não havendo nenhum vício no negócio jurídico descrito.
- C) A venda de Pedro a Antônio sem o consentimento expresso de Joaquim possui vício e pode ser anulada.
- D) A venda de Pedro a Antônio sem o consentimento expresso de Joaquim é nula, não podendo produzir efeitos o negócio jurídico descrito.

03

“Amarildo, vendedor profissional de veículos, vendeu um automóvel usado a Reinaldo, pelo valor de R\$ 20.000,00. Como Reinaldo não tinha a totalidade do preço, celebrou contrato com o ‘Banco BZ’, que emprestou-lhe o valor de R\$ 10.000,00 para a quitação do veículo com Amarildo. No contrato com a instituição financeira foi instituída alienação fiduciária em garantia do pagamento do empréstimo e dos juros, que foi dividido em 20 parcelas de R\$ 600,00.” A partir da situação descrita e considerando-se a legislação civil em vigor, assinale a alternativa correta.

- A) É lícita a cláusula que autoriza o Banco BZ a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- B) Com a constituição da propriedade fiduciária dá-se o desdobramento da posse, tornando-se Reinaldo o possuidor indireto da coisa.
- C) Para que seja constituída a propriedade fiduciária, é necessário o registro do contrato junto ao cartório de notas do domicílio de Reinaldo.
- D) O contrato celebrado por Reinaldo com o Banco BZ transfere a propriedade resolúvel do automóvel para a instituição financeira, com o escopo de garantir o pagamento do valor mutuado.

04

Considerando-se as disposições do Código de Processo Civil vigente sobre a competência dos órgãos jurisdicionais, é correto afirmar que

- A) a competência dos órgãos judiciários é estabelecida no momento em que a ação é contestada.
- B) as ações fundadas em direitos reais sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.
- C) nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do réu.
- D) a autoridade judiciária brasileira é competente para proceder a inventário e partilha de bens situados no Brasil, mesmo que o inventariado seja estrangeiro e tenha residido em outro país.

05

São hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa quaisquer meios legais e moralmente legítimos, ainda que não especificados no Código de Processo Civil. Sobre o tema, é INCORRETO afirmar que

- A) os fatos notoriamente conhecidos não precisam ser provados pelas partes.
- B) em qualquer estado do processo, o juiz pode determinar a produção de depoimento pessoal das partes, até mesmo de ofício.
- C) pode ser provado exclusivamente por testemunhas, um contrato de valor equivalente a quinze vezes o salário mínimo vigente no país.
- D) o documento lavrado por oficial público incompetente, sendo assinado pelas partes, terá a mesma eficácia probatória que documento particular.

06

Analise as afirmativas, à luz do Código de Processo Civil vigente.

- I. O comparecimento espontâneo do réu supre a falta de sua citação inicial.
- II. Em nenhuma circunstância poderão ser citados os noivos, durante os três primeiros dias de suas bodas, devendo o oficial de justiça aguardar este prazo.
- III. Quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, poderá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa de sua família.
- IV. O locador que se ausentar do Brasil sem cientificar o locatário de que deixou na localidade, onde estiver situado o imóvel, procurador com poderes para receber citação, será citado na pessoa do administrador do imóvel encarregado do recebimento dos aluguéis.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

07

“Determinado agente público municipal recebeu vantagem econômica para facilitar que, em uma licitação pública, a empresa XYZ LTDA fosse contratada por preço superior ao praticado no mercado.” Com fundamento na Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) Embora o agente público possa ser condenado nos termos da Lei nº 8.429/1992, a empresa XYZ LTDA não sofrerá condenação, posto que pessoa jurídica não pratica ato de improbidade.
- B) Improbidade administrativa é um tipo penal que configura crime, por isso, o agente público poderá ser condenado à pena restritiva de liberdade e suspensão dos direitos políticos por cinco a oito anos.
- C) A empresa XYZ LTDA poderá ser condenada por ato de improbidade administrativa, contudo o agente público, por pertencer à esfera municipal, responde apenas em face da lei de licitações e contratos.
- D) O agente público e a empresa XYZ LTDA podem ser condenados por enriquecimento ilícito, sendo cabível a suspensão dos direitos políticos por 8 a 10 anos e multa civil de até três vezes o acréscimo patrimonial indevido.

08

Quanto ao mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, assinale a afirmativa correta.

- A) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- B) Qualquer pessoa deverá e o servidor público poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública.
- C) Na ação popular, a sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do quádruplo das custas.
- D) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, sociedade de economia mista e concessionárias de serviço público.

09

“O Estado de Minas Gerais realizou concurso público para provimento do cargo efetivo de professor de matemática do ensino médio. A organizadora do certame foi a UEMG, autarquia estadual ligada à administração indireta do Estado. João, que atualmente é ocupante do cargo efetivo de nível superior de Técnico Judiciário no TJMG, caso aprovado no referido concurso, poderá acumular as duas atividades, desde que haja compatibilidade de horários e desde que a soma das remunerações não ultrapasse o teto constitucional. Na hipótese de João, na qualidade de agente público, causar danos a terceiros, o Estado de Minas Gerais responderá objetivamente em face do terceiro prejudicado, cabendo, posteriormente, propor ação regressiva em desfavor de João. Supondo que João venha a ser demitido, após regular processo administrativo disciplinar, o ato administrativo sancionatório deverá atender aos requisitos de validade do ato administrativo. Um desses requisitos é o motivo, elemento que corresponde às razões de fato e de direito que autorizam a imposição da penalidade.” Com fundamento no Direito Administrativo brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso, o processo administrativo disciplinar é motivo do ato administrativo demissório, assim como a prática de infração disciplinar corresponde ao elemento objeto do ato administrativo.
- B) A responsabilidade objetiva por danos causados por João, no exercício do cargo de Técnico Judiciário, deve ser imputada ao TJMG, posto que o referido órgão tem personalidade jurídica própria.
- C) João não poderia acumular os dois cargos propostos no caso, pois a Constituição da República veda a acumulação de um cargo técnico com outro no ensino médio, ainda que haja compatibilidade de horários.
- D) A UEMG, na condição de autarquia, representa um exemplo de descentralização administrativa na estrutura organizacional do Estado de Minas Gerais, enquanto o TJMG é exemplo de desconcentração.

10

Com fundamento na Lei nº 9.494/1997, que dispõe sobre a tutela antecipada contra a Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas pelo devedor.
- B) Estão obrigadas a depósito prévio, para interposição de recurso, as pessoas jurídicas de direito público estaduais.
- C) Prescreve em dez anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público.
- D) Nas condenações impostas à Fazenda Pública, dependendo da natureza, a atualização monetária é devida pelo índice do INPC.

11

Nos termos do Código Tributário Nacional, cabe cobrança de TAXA na hipótese de:

- A) Poder de polícia.
- B) Iluminação pública.
- C) Segurança nacional.
- D) Limpeza de logradouros.

12

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça pertinente a matéria tributária, assinale a afirmativa correta.

- A) A imunidade tributária sobre templos de qualquer culto abrange contribuições, impostos e taxas.
- B) O mandado de segurança não pode ser impetrado para a declaração do direito à compensação tributária.
- C) É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- D) Os créditos da fazenda estadual preferem aos das autarquias federais em caso de penhora sobre um mesmo bem.

13

Sobre a participação de preposto e representação e assistência por advogado nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- B) O juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.
- C) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- D) Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

14

Sobre os princípios aplicáveis aos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O processo deve buscar, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- B) O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade.
- C) O sistema dos Juizados Especiais busca a solução da causa no menor tempo possível e com o mínimo gasto para as partes.
- D) Classicamente, o princípio da oralidade tem como subprincípios o imediatismo, o da concentração, o da identidade física do juiz e o da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

15

Nas causas previstas na Lei nº 9.099/1995, é competente o Juizado do Foro:

- A) Do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita.
- B) Do domicílio do autor em caso de dívidas relativas a cheques.
- C) Do local do ato ou fato no caso de cobrança de dívidas em geral.
- D) Exclusivamente no local do domicílio do autor, nas ações de reparação de dano.

16

“De acordo com a Lei nº 9.099/1995, registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de _____ dias.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 5
- B) 10
- C) 15
- D) 30

17

Sobre o tratamento que a Lei nº 9.099/1995 dá às Provas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria, no mínimo, dez dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- B) Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução, valendo-se, se necessário, do concurso da força pública.
- C) No curso da audiência, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.
- D) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

18

Assinale a alternativa que contenha causa NÃO excluída da competência do Juizado Especial Cível.

- A) De natureza alimentar.
- B) Relativas a acidentes de trabalho.
- C) Que versem sobre revogação de doação.
- D) Relativas ao estado e capacidade das pessoas, ainda de que cunho patrimonial.

19

Poderão ser parte no Juizado Especial Cível:

- A) As empresas públicas da União.
- B) As pessoas jurídicas de direito público.
- C) O preso, a massa falida e o insolvente civil.
- D) As pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

20

Quanto aos temas “Das Partes” e “Do Pedido”, nos processos relativos aos Juizados Especiais Cíveis, regulados pela Lei nº 9.099/1995, admitir-se-á:

- A) Assistência.
- B) Litisconsórcio.
- C) Reconvenção.
- D) Intervenção de terceiros.

A) 30 dias

B) 90 dias

C) 1 ano

D) 5 anos

22

A) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

B) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

C) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração ou puramente gratuita, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

D) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

23

Sobre a responsabilidade civil pelo Fato do Produto e do Serviço, prevista no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

A) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

B) O fornecedor de serviços será responsabilizado quando provar culpa exclusiva de terceiro.

C) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente da verificação de culpa.

D) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

24

De acordo com precedentes do Superior Tribunal de Justiça, NÃO se entende como relação de consumo para efeitos de aplicação do Código de Defesa do Consumidor:

A) Os contratos de caderneta de poupança.

B) O relacionamento entre o canal de televisão e seu público.

C) Aquela relação que se estabelece entre franqueador e franqueado.

D) A relação jurídica existente entre a entidade de previdência privada e seus participantes.

25

Sobre o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (CDC) quanto à defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) Para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo CDC são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

B) A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

C) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu.

D) Entende-se por interesses ou direitos coletivos, para efeitos do CDC, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

26

Sobre a inversão do ônus da prova, prevista no Art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, analise as afirmativas a seguir.

I. Se dá em favor do consumidor, exigindo-se a concomitância da verossimilhança da alegação e hipossuficiência.

II. A inversão do ônus da prova não é automática, dependendo de decisão do magistrado.

III. Pode ser concedida a requerimento da parte ou de ofício pelo magistrado.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III.

B) I e II. apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

27

Assinale a alternativa que NÃO contenha, exclusivamente, princípios da Polícia Nacional das Relações de Consumo.

- A) Racionalização e melhoria dos serviços públicos e estudo constante das modificações do mercado de consumo.
- B) Educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo e ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor.
- C) Reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo e manutenção da concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos.
- D) Incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo e ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor por iniciativa direta.

28

Sobre o tema “Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor (CDC)”, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O CDC não exige confusão patrimonial para a aplicação da teoria.
- B) O Código de Defesa do Consumidor adota a chamada “Teoria Menor”.
- C) Será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provocados por má administração.
- D) O Código de Defesa do Consumidor adota a possibilidade de desconsideração, somente nos casos de inversão do ônus da prova, quando servir de instrumento de proteção do consumidor.

29

Sobre a Resolução nº 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que “dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os Tribunais de Justiça deverão providenciar a capacitação de seus juízes leigos, no mínimo por 40 horas, observado o conteúdo programático mínimo estabelecido no Anexo da citada Resolução.
- II. Ao magistrado da unidade incumbe o dever de fiscalizar e coordenar o trabalho de juízes leigos, devendo estar presente na unidade do Juizado Especial durante a realização das audiências.
- III. Não obstante submetidos a procedimento de seleção, os juízes leigos poderão ser suspensos ou afastados de suas funções, *ad nutum*.
- IV. O juiz leigo terá o prazo máximo de 15 dias, a contar do encerramento da instrução, para apresentar o projeto de sentença, que só poderá ser entranhado aos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática caso seja homologado.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) IV.
- B) I e II.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

30

Assinale a alternativa que NÃO contenha um dever dos juízes leigos, de acordo com a Resolução nº 174 do CNJ.

- A) Fazer pré-julgamento, quando lhe for apresentada a causa.
- B) Preservar o segredo de justiça quando for reconhecido no processo.
- C) Informar à vítima com clareza sobre a possibilidade de sua intervenção no processo penal e de obter a reparação ao dano sofrido.
- D) Informar às partes, no início das sessões de conciliação e das audiências de instrução e julgamento, sua condição de auxiliar da justiça subordinado ao juiz togado.

31

Sobre a Resolução nº 792/2015 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que “dispõe sobre a função de juiz leigo, de que trata a Lei Federal nº 9.099/1995, no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais”, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É vedado o exercício da função de juiz leigo no âmbito dos Juizados Especiais Criminais do Estado de Minas Gerais.
- B) O juiz leigo exercerá suas funções no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais.
- C) As funções de juiz leigo serão exercidas por advogados com mais de dois anos de experiência jurídica, na condição de Auxiliares da Justiça.
- D) O juiz leigo estará apto ao exercício das funções a partir da publicação da sua designação, sendo permitido, quando haja exercício de atividade de conciliador, o pagamento retroativo.

35

Acerca dos elementos estruturais que constituem o texto, analise as afirmativas.

- I. A principal fonte temática revela aspectos da sociedade na qual se insere a situação narrada.
- II. O texto tem como centro a ação e o fato que sustentam um ponto de vista crítico sobre a realidade.
- III. O texto tem como principal elemento a análise das ideias expostas, implica a defesa dessas mesmas ideias.
- IV. A utilização da metalinguagem pode ser observada na construção textual, propiciando ao texto características linguísticas apropriadas à situação comunicacional em que está inserido.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV. B) I e II, apenas. C) I e IV, apenas. D) II e III, apenas.

36

Algumas palavras foram utilizadas no texto com o propósito de remeter a elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir deste. Tal processo contribui para que a tessitura textual ocorra de forma clara e compreensível. Dentre os segmentos destacados a seguir, NÃO há ocorrência de tal mecanismo linguístico apenas em:

- A) “— Isso é comigo?” (3º§)
B) “— Pode ser com você também” (4º§)
C) “O negócio aconteceu num café.” (1º§)
D) “[...] cheio de picardia para perguntar, como os outros: [...]” (6º§)

Texto para responder às questões de 37 a 40.

Magistrado faz sentença em linguagem coloquial para combater “juridiquês”

Ao decidir que uma das partes deveria indenizar a outra, João Batista Danda disse que o valor a ser pago não pode ser “tão pesado que vire um inferno”.

O mundo das leis não precisa ser um universo indecifrável. Para provar isso, um magistrado gaúcho redigiu uma sentença trocando o tom pomposo do Direito pela linguagem do dia a dia. O resultado foi um texto de fácil compreensão e uma repercussão maior do que ele imaginava: virou notícia no meio jurídico — e fora dele.

A ideia surgiu quando João Batista de Matos Danda, então juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, viu-se completamente perdido em uma conversa com a filha. Por mensagem, a jovem contava sobre um novo emprego, na área do *marketing*.

— Ela escreveu expressões como “*startup*”, “*incubada*”, “*transmídia*”, “*DNA de marca*”. Aí, eu perguntei: “minha filha, o que tu estás falando exatamente? Traduz, por favor” — conta Danda, ainda achando graça do papo que não lhe fez sentido.

Ao se dar conta de que a linguagem técnica acaba restringindo o entendimento a poucos, geralmente aqueles que trabalham na mesma área, o juiz, então, se propôs ser mais claro em suas decisões — desafio que levou com certo exagero em abril passado, quando foi relator no processo em que o pedreiro Lucas de Oliveira pedia vínculo de emprego e indenização por danos morais, após sofrer acidente em uma obra particular, de propriedade de Itamar Carboni.

Danda foi direto na explicação do rolo. “Três meses depois de iniciada a obra, o pedreiro caiu da sacada, um pouco por falta de sorte, outro pouco por falta de cuidado, porque ele não tinha e não usava equipamento de proteção. Ele, Itamar, ficou com pena e acabou pagando até o serviço que o operário ainda não tinha terminado”, disse o juiz na sentença.

Lá pelas tantas do acórdão, ao falar do processo de revisão da sentença, o magistrado soltou essa: “para julgar de novo, vou ler as declarações de todos mais uma vez e olhar os documentos. Pode ser que me convença do contrário. Mas pode ser que não. Vamos ver”.

É um texto tão coloquial que parece não ter nada de mais, certo? Errado. O próprio juiz conta como normalmente essa ideia seria escrita, em um processo “normal”:

— Inconformado com a sentença, que julgou improcedente a ação, recorre o reclamante buscando sua reforma quanto ao vínculo de emprego e indenização por acidente de trabalho. Com contrarrazões sobem os autos a este tribunal. É o relatório. Passo a decidir.

Na decisão, Danda defendeu que não havia vínculo de emprego na situação, mas que isso não impedia o trabalhador de receber indenização por danos morais. A reparação, segundo o juiz, “serve para amenizar um pouco o sofrimento de Lucas, mas também serve para Itamar lembrar que tem obrigação de cuidar da segurança daqueles que trabalham na sua casa, mesmo quando não são empregados”.

(Bruna Scirea. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/06/magistrado-faz-sentenca-em-linguagem-coloquial-para-combater-juridiques-4774852.html>. Acesso em: 10/2015.)

37

“O sentido de temporalidade expresso no discurso refere-se a uma ocasião arbitrária, reconhecível pelos interlocutores relativamente a um ponto de referência instituído no próprio discurso.” O expresso anteriormente pode ser exemplificado através do destacado em:

- A) *“Para provar isso, um magistrado gaúcho redigiu uma sentença trocando o tom pomposo do Direito pela linguagem do dia a dia.” (1º§)*
- B) *“A ideia surgiu quando João Batista de Matos Danda, então juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, viu-se completamente perdido em uma conversa com a filha.” (2º§)*
- C) *“Ao se dar conta de que a linguagem técnica acaba restringindo o entendimento a poucos, geralmente aqueles que trabalham na mesma área, o juiz, então, se propôs ser mais claro em suas decisões [...]” (4º§)*
- D) *“A reparação, segundo o juiz, ‘serve para amenizar um pouco o sofrimento de Lucas, mas também serve para Itamar lembrar que tem obrigação de cuidar da segurança daqueles que trabalham na sua casa, mesmo quando não são empregados’.” (9º§)*

38

“Três meses depois de iniciada a obra, o pedreiro caiu da sacada, um pouco por falta de sorte, outro pouco por falta de cuidado, porque ele não tinha e não usava equipamento de proteção. Ele, Itamar, ficou com pena e acabou pagando até o serviço que o operário ainda não tinha terminado.” (5º§) O uso do termo em destaque no trecho anterior tem por finalidade:

- A) Preceder uma explicação relacionada ao acontecimento anteriormente explicitado.
- B) Introduzir uma informação causal tendo em vista o fato mencionado anteriormente.
- C) Anteceder a expressão de um fato que o locutor presume já conhecido do interlocutor, constituindo evidência não sujeita à contestação.
- D) Introduzir a continuidade lógica do raciocínio iniciado anteriormente, iniciando um argumento para uma tese em relação à informação anterior.

39

A reescrita do segmento “Na decisão, Danda defendeu que não havia vínculo de emprego na situação, mas que isso não impedia o trabalhador de receber indenização por danos morais”. (9º§) cuja correção linguística encontra-se preservada pode ser identificada em (desconsidere possíveis alterações de sentido):

- A) Na decisão, Danda defendeu que ainda que não havia vínculo de emprego na situação, o trabalhador poderia receber indenização por danos morais.
- B) Na decisão, Danda defendia que mesmo não havendo vínculo de emprego na situação, o trabalhador não estava impedido de receber indenização por danos morais.
- C) Danda defendeu, na decisão, que não haviam vínculos de emprego na situação, mas que isso não impedia o trabalhador de receber indenização por danos morais.
- D) Na decisão, Danda defendeu que não havia vínculo de emprego na situação, por conseguinte, isso não impedia o trabalhador de receber indenização por danos morais.

40

De acordo com o contexto em que os vocábulos aparecem, seu significado pode ser diverso. Assinale, a seguir, o significado correto atribuído ao termo destacado.

- A) *“... uma sentença trocando o tom pomposo do Direito...” (1º§) / grandiloquo.*
- B) *“O mundo das leis não precisa ser um universo indecifrável.” (1º§) / irresoluto.*
- C) *“É um texto tão coloquial que parece não ter nada de mais, certo?” (7º§) / simplório.*
- D) *“... linguagem técnica acaba restringindo o entendimento a poucos...” (4º§) / repugnando.*

PROVA DISSERTATIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A prova dissertativa deverá ser desenvolvida com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas.
- A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
- Somente o texto transcrito para a folha de textos definitivos será considerado válido para a correção da prova dissertativa.

Questão 01

Estabelece o Art. 2º da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – que “consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”.

Sobre o significado da expressão “destinatário final” disserte abordando as principais teorias sobre o tema.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL E DO INTERIOR

25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada com material transparente, do documento de identidade original com foto e do CDI.
2. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da CONSULPLAN e do TJMG sobre tais equipamentos. O candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente ELIMINADO, lavrando-se termo de ocorrência do fato.
3. Para a segurança de todos os envolvidos na Seleção, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, se verifique esta situação, o candidato será encaminhado à Coordenação da Unidade, onde deverá entregar a arma para guarda devidamente identificada, mediante preenchimento de termo de acautelamento de arma de fogo, onde preencherá os dados relativos ao armamento.
4. Durante as provas não é permitido ao candidato realizar anotações de informações relativas às suas respostas (copiar gabarito), consultas bibliográficas de qualquer espécie. No local de provas não será permitido ao candidato usar utilizar ou portar, durante a sua realização, óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro etc.
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo.
6. O Caderno de Provas consta de Prova Objetiva constituída de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha e Prova Dissertativa. Leia-o atentamente.
7. A Prova Objetiva de Múltipla Escolha consta de 40 (quarenta) questões distribuídas pelos conhecimentos com 04 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Leia-o atentamente.
8. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura da seleção, todos deverão se submeter à identificação datiloscópica no dia de realização das provas. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, ainda, no dia de realização das provas escritas os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas.
9. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Questões, bem como os dados constantes na Folha de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
10. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
11. Não será permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorrida 1 (uma) hora do início das provas, podendo levar consigo seu caderno de provas, contudo, somente a partir dos últimos 60 (sessenta) minutos destinados à realização das provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e disponibilizado nos endereços eletrônicos www.tjmg.jus.br e www.consulplan.net, no dia subsequente ao da realização da prova.
- O prazo para a interposição dos recursos será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do resultado objeto do recurso.
- Os recursos deverão ser apresentados à CONSULPLAN via endereço eletrônico www.consulplan.net, clicando no *link* correspondente “Interposição de Recurso”, disponível até as 23h59 do último dia recursal. O candidato deverá seguir as orientações de envio dispostas no endereço eletrônico.